



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

QUESTÃO SOCIAL, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL “Ano passado eu morri, e esse ano?” QUESTÃO SOCIAL E GÊNERO

MAYARA DE FATIMA MARTINS DE SOUZA ¹
ROSEANE RIBEIRO ARÉVALO ¹
THIAGO APARECIDO ARANHA DOS SANTOS ¹

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada sobre as expressões da questão social e sua interlocução com o gênero e a diversidade sexual. A pesquisa teve como objetivo realizar uma investigação sobre a diversos assuntos e dentre esses LGBTfobia no Brasil contemporâneo e o impacto da divisão sexual do trabalho que é questão central para aprofundamento da discussão que tange sobre as desigualdades.

Palavras chave: gênero, questão social, feminismo, diversidade sexual.

ABSTRACT

This article is the result of a research conducted on the

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

expressions of the social question and its dialogue with gender and sexual diversity. The research aimed to conduct an investigation on the various subjects and among these LGBTphobia in contemporary Brazil and the impact of the sexual division of labor, which is a central issue for deepening the discussion about inequalities.

Keywords: gender, social issues, feminism, sexual diversity.

I. Introdução

Falar sobre questão social, gênero e diversidade sexual no âmbito do serviço social é tarefa complexa e cheia de nuances que nos levam a reflexão cotidiana. Neste processo reflexivo precisamos passar, ainda que brevemente pelos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. Ainda no tocante a complexidade dos temas, podemos afirmar que a mesma envolve situações concretas da vida singular dos indivíduos e dos sujeitos políticos coletivos sendo assim considerados temas que contemplam a resistência. O objetivo desse artigo é oferecer elementos para situar o entendimento e dialogar com tais temas na trilha do processo de renovação do serviço social no Brasil.

Conforme Saffioti:

O nó constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata, porém, de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. (SAFFIOTT, 2004, p. 63).

Neste sentido, pode-se afirmar que não é possível discutir separadamente gênero, raça e classe, sem aprofundar o nó que foi e é construído e marcado pelas contradições da sociedade em sua contemporaneidade. Com isso, vale enfatizar aqui a abordagem das questões numa perspectiva de totalidade, e não se pode abandonar o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos.

A afirmação da centralidade ontológica do trabalho na vida social, entendendo que o trabalho consiste no ponto de partida da humanização do indivíduo nos apoiamos em Cisne e Santos que a respeito das dimensões nos diz o seguinte:

"Essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento a outros (as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro" (CISNE & SANTOS, 2018, p. 26).

II. Família Heteropatriarcal-monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT e o impacto na divisão sexual do trabalho

A constituição da família monogâmica encontra sua gênese, como um

aspecto decisivo, na organização da sociedade de classes que, por sua vez, foi sendo tecida por meio da violência e do trabalho explorado e alienado que constituem a propriedade privada.

Nesta concepção, concordamos com Cisne e Santos 2018, citar que o pai de família é dominante: O trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence. Aqui, a família é um conjunto de indivíduos que devem o seu trabalho a um chefe. Com isso a perspectiva coletiva e igualitária vai sendo substituída pela lógica privada e individualista com a família monogâmica.

Partindo dessa concepção podemos entender que a partir do momento em que surge a exploração entre os seres humanos, as relações passam a ser regidas pela concorrência. Dessa forma, a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são no dizer de Marx “determinações reflexivas”: Uma não existe sem as outras.

Ainda sobre a constituição da família patriarcal monogâmica e heterossexual, fica evidenciado que a mesma foi sendo pautada pelo controle, culpa, medo e proibições, como afirma Cisne e Santos citando Okita, as relações homossexuais da mulher como também as heterossexuais eram limitadas pela dominação patriarcal. Já no que tange as relações sexuais do homem eram mais livres do que as da mulher. Porém aquelas relações masculinas que não resultassem herdeiros eram condenadas pelo sistema patriarcal. Sendo assim, é provável que o medo de não deixar herdeiros fosse um dos fatores principais para a proibição homossexual. Com isso a família patriarcal monogâmica ou nuclear vai realizando um papel ideológico na difusão do conservadorismo “ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe”.

Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e por extensão, da reprodução social.

Já na discussão entre gênero e questão social nos deparamos com a divisão sexual do trabalho que é uma questão central para discutir suas complexidades com olhar voltado às desigualdades. As relações de trabalho das mulheres e mulheres

trans, não se estabelecem apenas no e por conta do gênero.

Ao realizar uma breve análise do cotidiano e o processo de sociabilidade, entre gêneros, podemos afirmar que é de fato necessário conectar gênero, classe e raça para perceber que as mulheres não são completamente excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo não podemos negar que as mesmas estão historicamente em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível a exclusão.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação. (SOUZA-LOBO 2011, p. 174)

Algo interessante é que a desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira distinta gerando assim um ciclo que fortalece o impacto da divisão sexual do trabalho.

Duas categorias precisam ser levadas em consideração no processo da divisão sexual do trabalho. A hierarquia e a separação: no contexto histórico podemos ver que ambas são passíveis de transformação e vão agregando valores e maiores valores ao trabalho de homens e diferenciando o que é conhecido e reforçado como trabalho de homem e trabalho de mulher.

Neste sentido, precisamos evidenciar que quando falamos em divisão sexual do trabalho, não se trata apenas de trabalhos que são diferentes segundo o sexo, e sim hierarquicamente distintos e vão se desdobrando e se expressando nas desigualdades existentes, como temos visto hoje por exemplo, nas carreiras, nas qualificações profissionais e nos salários entre os sexos.

Ao realizarmos uma breve análise, vemos que as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, cuidado de filhos, cuidado de pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Isso diz muito sobre como

organizamos a vida no cotidiano. É algo que tem consequências para além do cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando mais tempo a tarefas domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo ao aprimoramento profissional, pesquisas acadêmicas dentre outros.

Conforme Cisne e Santos, 2018 quando falamos em divisão sexual do trabalho, é importante não limitá-la ao binarismo de gênero, homem x mulher, mas também compreender que outros elementos compõem as relações sociais de sexo, como a orientação sexual e outras expressões de identidades de sexo que vão além do binarismo, como por exemplo as pessoas trans.

Nesse sentido, considerar algumas dimensões que se associam às relações sociais de sexo que, por sua vez estruturam de forma diferente e a exploração do trabalho, nos leva a compreender que alguns nichos de trabalho são marcados por uma presença de LGBTs por exemplo. Com isso, a orientação sexual imprime um processo que condena homossexuais a profissões para as quais ser gay é aceitável ou recomendável, a exemplo de cabeleireiro, maquiador, esteticista. No tocante a sexualidade, mais especificamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. As chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Vejamos então que todas as transgressões vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas.

Pensando ainda pelo lado do método materialista histórico-dialético, nos cabe ainda problematizar, em uma perspectiva de totalidade, que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) e as étnico-raciais conformar as classes sociais. Dessa forma, classe, raça e sexo são indissociáveis para que possamos fazer análise de qualquer fenômeno social nesta sociedade. Vale ainda ressaltar que ao longo do período histórico, apesar de presente as temáticas foram frequentemente tratadas separadamente. Mas precisamos reforçar que, a classe, além de ter sexo, possui raça/ etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.

Já no que concerne a divisão sexual do trabalho doméstico podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico é elemento muito importante para se entender que segundo dados do IBGE, a renda média das mulheres permanece cerca de 25% menor que a dos homens no momento em que elas têm maior acesso à educação formal, ou seja, não é possível utilizar do argumento que essa renda menor guarda memória de quando as mulheres eram menos formalmente capacitadas para o exercício profissional. Ela não guarda uma memória desse tempo, ela é uma atualização de responsabilização desigual por outros aspectos da vida como o trabalho doméstico, cuidado dos filhos. Neste sentido concordamos com a afirmação de Bandeira e Melo, 2014 ao citar que:

Desta maneira, no Brasil a ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os sexos. A divisão sexual do trabalho permanece a mesma, continua existindo trabalho de homem e de mulher, estas saíram para o mundo público, mas continuam responsáveis pelo mundo privado (Bandeira e Melo, 2014. P 35.)

Cabe-nos ainda ressaltar que essa renda desigual do trabalho tem relação sobre tudo com diversos aspectos que se entrelaçam nas relações de gênero. Alguns tipos de trabalho são marcados pela gratuidade, e com uma breve análise reflexiva podemos ver que historicamente o exercício do trabalho doméstico, cuidar de alguém, lavar a louça, preparar os alimentos, foi visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor dos homens que são por tanto dele liberados. Como nos apresenta Bandeira e Melo:

Na maioria das sociedades, o grosso da responsabilidade das tarefas de cozinhar, limpar, cuidar das crianças, velhos e doentes recai sobre as mulheres, sobretudo, à trabalhadora doméstica, que encarna a 'figura' da mulher negra e pobre. (Bandeira e Melo, 2014. P 36.)

Ainda nesse aspecto podemos afirmar que mesmo quando são exercidos de maneira remunerada, eles guardam esse registro da gratuidade. Com isso, o trabalho feminino é marcado por uma história da oferta gratuita de tipos de trabalho que só são poucos valorizados porque são exercidos por mulheres, pois olhando por

outra perspectiva são trabalhos fundamentais. Cabe nos então perguntar, como pensar o cotidiano da vida sem pensar que esses trabalhos sejam realizados?

Um outro ponto que a gente precisa se perguntar é por que esse problema da desvalorização de um trabalho fundamental não é transformado em um problema político e a quem interessa que ele permaneça desta mesma forma há tanto tempo?

Partindo dessas questões vamos começando a perceber que não é uma coincidência que quem desempenha o trabalho doméstico seja justamente quem está presente em menor número em espaços que traz esse debate a público, ou por exemplo em espaços em que os recursos destinados a política pública são alocados.

Nesse sentido a divisão sexual do trabalho, retira das mulheres recursos importantes para que possam atuar politicamente tirando as mesmas estarem por exemplo na política e outros espaços. Algo que precisamos observar ainda é que esse problema não é trazido aos debates como problema público de grande relevância ainda que na experiência das pessoas o trabalho doméstico seja de fato um aspecto central. Assim, podemos perceber que ele é central de lugares diferentes e precisamos nos ater a de que maneira ele é central para quem o desempenha?

Pensando ainda nessa conexão entre trabalho doméstico, espaços profissionais e de sociabilidade é interessante observar que os homens são maioria por exemplo na política, mas não é só isso, pensando criticamente são determinados homens que constituem a maioria na política. Assim percebemos que são homens brancos e são homens cujas mulheres também tem uma posição que lhes permite contratar outras mulheres para o trabalho doméstico e tal questão quase nunca é levada em consideração nessa análise.

Fator ainda que precisa ser levado em consideração é a discussão indissociável entre gênero, classe e raça, desta forma nos apoiamos em Cisne, que nos diz o seguinte:

As “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que Falquet (2008, 2012) denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino” (Cisne, 2014).

Desta forma, o trabalho doméstico remunerado, fornecido principalmente pelas mulheres negras nesse país, é o que está mais distante da experiência da ampla maioria dos homens que estão nos espaços da política institucional. Isso vai nos ajudando a desenvolver uma reflexão sobre o motivo pelo qual se demora tanto tempo para a sociedade conseguir equiparar por exemplo, os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos de outras trabalhadoras e trabalhadores. Algo que infelizmente significa menos do que poderia significar, uma vez que a nova legislação trabalhista retira direitos e desregulamenta o trabalho de maneira que fica difícil que a gente de fato perceba uma efetividade nas mudanças existentes na legislação

Precisamos ficar atentos e chamar a atenção ainda ao fato de que desde muito cedo vai se criando expectativas que são parte da construção do que é então tornar-se uma mulher, tornar-se um homem, mesmo com todas as mudanças que foram lentamente acontecendo no processo histórico. Dessa forma, podemos afirmar que há uma conformação conjunta do feminino e do masculino no âmbito da sexualidade e do desempenho de tarefas que se espera que sejam de mulheres ou de homens.

No entanto, não se trata de uma questão de diferenças, mas de uma questão de como os privilégios se estabelecem, ou seja, as expectativas que se tem de que as mulheres prioritariamente o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado no modo de organização atual da nossa sociedade, elas implicam desvantagens profundas para as mulheres e são partes do circuito que tornam suas vidas especialmente vulneráveis sobretudo às vidas das mulheres negras.

III. Feminismo, diversidade sexual e projeto ético-político do Serviço Social

Bem como ressaltar a pertinência da relação para o processo de renovação profissional, como um movimento contínuo em face dos ataques e ameaças do conservadorismo, é preciso evidenciar como o feminismo e a defesa do direito à diversidade sexual são fundamentais para a afirmação do Projeto Profissional, denominado de Projeto Ético - Político, sobre o qual elucida Netto (1999,p104-105).

Fica evidente ainda que para as novas gerações de assistentes sociais, é fundamental o entendimento de que a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social é um verdadeiro processo, que não é mecânico nem linear.

Ainda nesse sentido cabe afirmar que toda essa movimentação, em busca de aprofundamento teórico-metodológico e ético-político, ocorreu na conjuntura da década de 1980 que foi marcada pela efervescência política e cultural que se gestou na luta contra a ditadura civil-militar, em defesa da liberdade e retomada do Estado de direito.

Seguindo o que aconteceu no ambiente das esquerdas na conjuntura pós-ditadura civil-miliar, houve dificuldades no campo crítico do Serviço Social é incontestável, toda vida que o Serviço Social crítico passou a incorporar temáticas sintonizadas com as lutas de sujeitos que vêm enfrentando historicamente o conservadorismo e múltiplas formas de violência e violação de direitos. Podemos aqui citar como exemplo a assembleia da ABEPSS, em 2014 onde foi aprovada a indicação de inserção de uma disciplina obrigatória no currículo do Serviço Social sobre a mesma temática. Não podemos deixar de pensar ainda que há, todavia, uma grande demanda de debate e aprofundamento teórico no próprio campo da produção crítica voltada para tais temáticas, o que vai de alguma forma dificultando o enfrentamento do pensamento conservador e dos preconceitos presentes nas relações sociais, e que rebatem na formação e no exercício profissionais do Serviço Social.

IV.Considerações finais

Para dar início às considerações finais, nos apoiamos em Farah (2004), afirmando que as políticas públicas desempenham um importante papel, seja na manutenção ou superação das opressões de gênero e sexuais.

Assim elas podem reforçar as desigualdades, quando objetivam atender as necessidades supostamente universais, desconsiderando as demandas de determinados grupos. Do mesmo modo, podem contribuir para a redução de tais desigualdades por meio da formulação e implementação de ações e programas específicos.

Os altos índices de violência sofridos por mulheres, travestis e mulheres transexuais demonstram que atualmente as políticas públicas e sociais são mínimas. Conforme apresentado no decorrer do trabalho, fica cada vez mais evidente que essa população sofre violência de caráter físico, mental, social e psicológico. Nesse sentido, concordamos com Saffioti (1999a) sobre a necessidade de ampliarmos nossa compreensão acerca da violência em sua relação com os direitos humanos. Ainda pensando na importância das definições legais sobre violência, para melhor compreendermos e intervirmos na questão, é essencial mantermos a perspectiva da violência contra a mulheres, travestis e transexuais como violação de direitos humanos.

Concordamos com Chauí (2003) que o tema da violência, em geral, é tratado de forma superficial e, apesar de muito se falar sobre o assunto, pouco se reflete a respeito dele. Além do mais, percebe-se certo viés nos sentidos atribuídos à violência dependendo do tipo de violência cometida, da pessoa que a comete ou da que a sofre. Nesse sentido é que esse mito da não violência contribui para que muitas violências não sejam percebidas e, com isso, sejam naturalizadas.

Isso ficou evidenciado neste estudo, uma vez que os pesquisadores tiveram dificuldades em encontrar obras que fornecessem dados relacionados ao tema.

V. Referências Bibliográficas

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 01 jun. 2022

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Feminismo: memória e história**. In: SALES, Celecina; AMARAL, Célia; ESMERALDO, Gema. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p. 15-41

BONASSI, B.C. et al. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 83-98. de <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al/1283-pdf-pt>

BUTLER, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (4ª ed.).

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990).

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Mirla Cisne. – 2. Ed. – São Paulo. Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos. (Biblioteca básica de serviço social. V. 8). São Paulo. Cortez, 2018.

CHAUI, M. (2003). **Ética, política e violência**. In T. Camacho (Ed.), **Ensaio sobre violência** (pp. 39-59). Vitória: Edufes.

CHAGAS, Emmily Negrão. **IDENTIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: a invisibilidade da população trans no Brasil**. 2017. Artigo científico <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/identidadedegeneroepoliticaspUBLICASainvisibilidadedapopulacaotransnobrasil.pdf>. Acesso em 13 mai. 2022

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho. ET AL. **Pandemia da Covid-19: A Vulnerabilidade Social das Pessoas Trans e Travestis a Luz da Teoria Queer**. Universidade Tiradentes, Aracaju, Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias.

DUARTE, Marco José Oliveira. **Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes**. In: Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. v. 1, n.1. p. 83-102. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, 2011.

FRANCO, Lucas Nascimento. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%ABlicasBrasil%20%281%29.pdf>. Acesso em 13 abr. 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, nº 1, Florianópolis-SC, 2004, pp.47-71.

MONTEIRO Simone. Et al Saúde e direitos da população trans. 2019. **Cad. Saúde Pública**. <https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRtVyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=pt>

PIMPIM, Simone Lima. Aplicabilidade da lei do feminicídio aos transexuais. 2019. Artigo. <https://jus.com.br/artigos/78418/aplicabilidade-da-lei-do-femicidio-aos-transexuais>. Acesso em 20 mai. 2022

PEDRA, c. B.; souza, e. C.; RODRIGUES, r. V. A.; SILVA, t. S. A. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”. **Revista de Ciências do Estado**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5091>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RODAS Sérgio. Lei Maria da Penha protege também mulher transgênero ou transexual e homem gay. Revista **Consultor Jurídico**. 2017. <https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/lei-maria-penha-protge-tambem-mulher-transgenero-homem-gay>. Acesso em 20 mar. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. (1999a). **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação Seade, 13.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual** / Silvana Mara Morais dos Santos. - 2005.

SANTOS, Silvana Mara Morais. **Desigualdade e Diversidade**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA. Glauber Weder dos Santos. **Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro**. 2016. **Artigo**. <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/JdXmwrJfYCmvBBc5kb4qhjm/?lang=pt>. Acesso em 11 mar. 2022.

SILVA GWS, Souza EFL, Sena RCF, Moura IBL, Sobreira MVS, Miranda FAN. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016 jun;37(2):e56407. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 2001.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. Serviço social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do rio de janeiro Eixo: **Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades**. Sub-eixo: **Sexualidades, identidades de gênero e direitos**. 2018

TOITIO, Dias Rafael. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista – o que a atual crise política tem a nos ensinar? **Revista Margem Esquerda**, v. 33. 2019. Editora Boi tempo.

TOITIO, Dias Rafael. **Apontamentos sobre sexualidade e a consubstancialidade das relações de poder**. In SEMINARIOS INTERNACIONAL FAZENDO GERENERO, 10. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2013.